

fâmas - 2

DECRETO Nº 5903

Regulamenta a Lei nº 4255,
de 30 de dezembro de 1976 e dá
outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso de
suas atribuições legais, tendo em vista o que dispõe a Lei nº
4255, de 30 de dezembro de 1976,

D E C R E T A :

Art. 1º - Para os efeitos da Lei nº 4255/76, en-
tende-se por deficiente físico visual a pessoa que apresentar
ausência total de visão ou acuidade visual não excedente a 30/
60 (0,5) pelos optóticos de Snellen, no melhor olho, após cor-
reção ótica, bem como campo visual igual ou menor a 50º (cin-
quenta graus), também no melhor olho.

Art. 2º - Os deficientes físicos visuais, cujo
direito de exercício da atividade de ambulante no centro da ci-
dade foi assegurado pela Lei 4255/76, deverão requerer seu li-
cenciamento no prazo de sessenta (60) dias a partir da data do
presente Decreto.

Parágrafo único - Os pedidos de licenciamento
formulados por ambulantes que já exerciam atividade no centro
da cidade à data da Lei nº 4255/76, deverão ser instruídos com
declaração da Associação dos Cegos do Rio Grande do Sul, com-
probatória daquela condição.

Art. 3º - As licenças expedidas para o exercí-
cio do comércio ambulante por parte de deficientes físicos vi

.

.

suais deverão ser limitadas a um máximo de dezessete (17) para o ramo de bijuterias e miudezas em geral e dezoito (18) para o ramo de frutas e verduras.

Parágrafo único - Os produtos compreendidos no ramo de bijuterias e miudezas em geral poderão ser definidos e limitados, a critério da Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio.

Art. 49 - O exercício do comércio ambulante de que trata este Decreto fica condicionado à utilização dos seguintes equipamentos padronizados:

- I - Para o ramo de frutas e verduras: bancas removíveis, de estrutura metálica, com as seguintes dimensões máximas: comprimento - 1,50m; largura - 1,40m e altura - 2,30m.
- II - Para o ramo de bijuterias e miudezas em geral: bancas removíveis, de estrutura metálica, com as seguintes dimensões: comprimento - 1,50m; largura - 0,70m e altura - 2,30m.

§ 1º - Os equipamentos de que trata este artigo deverão obedecer às características e modelos padronizados pela Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio.

§ 2º - Os equipamentos deverão ser localizados no leito da via pública, a uma distância mínima de quarenta centímetros (0,40m) do meio-fio, sendo vedada sua localização sobre o passeio ou junto a edificações, mesmo havendo concordância dos respectivos proprietários.

Art. 59 - O horário de funcionamento da atividade de ambulante licenciada na forma da Lei 4255/76 e deste Decreto será o compreendido entre as oito (8) e vinte (20) horas.

Parágrafo único - Por solicitação de pelo menos dois terços (2/3) dos licenciados e/ou a critério do titular

.

.


da Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio, o horário de que trata este artigo poderá ser prorrogado até as vinte e duas (22) horas.

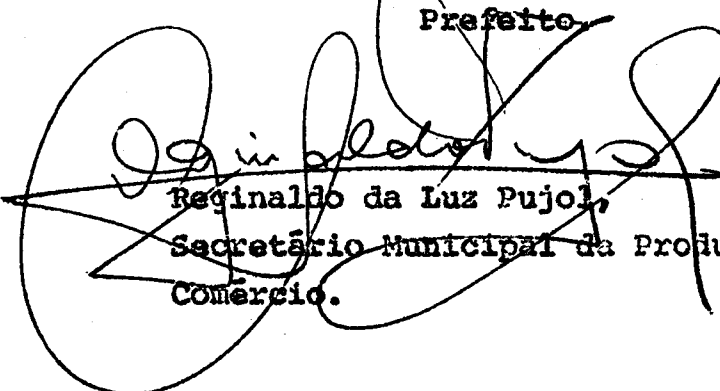
Art. 69 - Uma vez deferido o pedido de licenciamento, além dos documentos a que se refere o art. 89, do Decreto 4278, de 31.12.70, o interessado deverá apresentar laudo médico expedido pela Secretaria Municipal de Saúde e Serviço Social, comprovando a deficiência física visual.

Art. 79 - No que couber e não conflitando com o presente Decreto, aplicam-se os dispositivos do Decreto 4278, de 31 de dezembro de 1970.

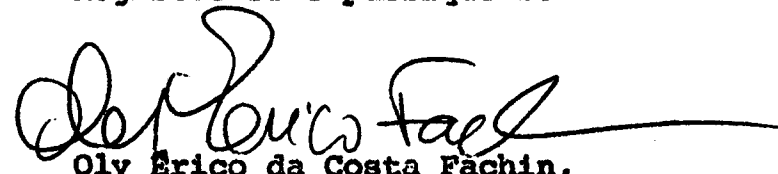
Art. 89 - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 04 de maio de 1977.


Guilherme Socias Villela,
Prefeito.


Reginaldo da Luz Pujol,
Secretário Municipal da Produção, Indústria e Comércio.

Registre-se e publique-se


Oly Erico da Costa Fachin,
Secretário do Governo Municipal.

/rcs